



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO
TEIXEIRA**

NOTA TÉCNICA CONJUNTA SERES/MEC – INEP/MEC Nº 02 /2014
INTERESSADO: Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino

Instrumento de Avaliação Institucional Externa. Requisitos Legais e Normativos. Portaria MEC nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 19 de dezembro de 2013, que institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de entendimento conjunto da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação – SERES/MEC e da Diretoria de Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – DAES/INEP acerca da verificação do cumprimento do requisito legal e normativo referente à Portaria MEC nº 1.224/2013, por avaliadores do Banco de Avaliadores do Sinaes– BaSIS designados pelo INEP quando do uso do Instrumento de Avaliação Institucional Externa¹ em atos.

¹Disponível em :

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2014/instrumento_institucional.pdf

II - ANÁLISE

2. A Portaria MEC nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 19 de dezembro de 2013, instituiu normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. A normativa estende a aplicação das normas constantes no Código de Classificação e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 23 de setembro de 2001, publicada no DOU de 26 de setembro de 2001, a todas as IES previstas no art. 16 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

3. A implementação da Portaria visa precipuamente consolidar marco normativo abrangente, de forma a disciplinar os prazos de guarda e destinações finais dos documentos e informações do Acervo Acadêmico. Ademais, disciplina a responsabilidade pela manutenção de acervos acadêmicos, inclusive diante de descredenciamento de IES e/ou desativação de curso. Busca, assim, atender aos imperativos constitucionais de melhoria dos padrões de qualidade da educação, em benefício dos alunos e da sociedade em geral, em cumprimento à missão deste Ministério da Educação (MEC) como órgão público responsável pela educação superior.

4. A Portaria MEC nº 1.224/2013 consta da relação de requisitos legais normativos a serem verificados em atos, por avaliadores do BASIS designados pelo INEP para Avaliação Institucional Externa.

5. Assim, entende-se que, em função do disposto na Portaria MEC nº 1.224/2013, no momento do preenchimento do formulário eletrônico de avaliação, a IES irá informar sobre a política de acervo acadêmico. Durante a avaliação *in loco*, a comissão de avaliadores verificará as informações prestadas pela IES e registrará *necessariamente* no relatório de avaliação os seguintes itens:

(i) em processos de **credenciamento**, a comprovação de previsão para cumprimento da Portaria MEC nº 1.224/2013; e, em processos de **recredenciamento**, a implementação de uma **política institucional para acervo acadêmico** da IES, e

(ii) a comprovação de existência de apresentação de documento de **indicação do “Depósito do Acervo Acadêmico” (DAA)** ao MEC, em cumprimento ao art. 3º da Portaria MEC nº 1.224/2013.

6. Ressalta-se que as informações pertinentes ao requisito legal em questão serão devidamente justificadas pelos avaliadores na ocasião da visita e serão o referencial básico para subsidiar as decisões regulatórias. O descumprimento das disposições da Portaria MEC nº 1.224/2013 poderá desencadear ações regulatórias e ou de supervisão pela SERES/MEC.

III – CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, sugere-se que sejam aprovados e tornem-se públicos os parâmetros para verificação do requisito legal e normativo referente à Portaria MEC nº 1.224/2013 expressos nesta Nota Técnica, que será publicada no sítio eletrônico do Ministério da Educação e do INEP.

Brasília 03 de Outubro de 2014.


CLAUDIA MAFENI GRIBOSKI
Diretora de Avaliação da Educação Superior
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira
Aprovo encaminhamento.

Em de de 2014.


MARTA WENDEL ABRAMO
Secretária de Regulação e Supervisão da
Educação Superior do
Ministério da Educação
Aprovo encaminhamento.

Em de de 2014.